



## **RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015**

**(INQUÉRITO CIVIL Nº 01/2015 – GAEMA PCJ-PIRACICABA)**

**SENHOR PRESIDENTE DA CETESB,**

**SENHORA DIRETORA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL,**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO,**  
pelos Promotores de Justiça signatários, integrantes do XII Núcleo do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), o qual tem atuação regionalizada, tendo como base a Sub-Bacia Hidrográfica PCJ-Piracicaba, com sede em Piracicaba, criado pelo Ato Normativo nº 716/2011-PGJ, de 05/10/11, doravante denominado **Núcleo PCJ-PIRACICABA;**

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a **proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, incluindo a ordem urbanística**, de conformidade com a Constituição Federal, arts. 127, caput, e 129, inciso III, Lei Complementar nº 75/93, arts. 5º, incisos I "b" e "d", III "c" e "d", e Lei Complementar Estadual nº 734/93, art. 103, incisos I e VIII, podendo, dentro do inquérito civil já instaurado e que apura as irregularidades apresentadas no referido documento, **expedir recomendações às autoridades para a adoção de medidas**, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei 8.625/93 (LONMP) e de conformidade com o artigo 15 da Resolução nº 23/07 do C. Conselho Nacional do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988, impõe como dever do Administrador Público o respeito ao princípio da legalidade (art. 37, caput, CF), asseverando, inclusive, que **o descumprimento dos deveres de proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas** (art. 23, VI); preservar, proteger e recuperar o meio ambiente degradado (art. 225), **dá ensejo à responsabilidade objetiva da Administração por danos causados pela sua ação e/ou inação e subjetiva a seus agentes, os quais assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa** (art. 37, § 6º,

**CF; arts. 186, 188 e 927 do Código Civil), inclusive de ordem criminal em caso de irregularidades relacionadas com o licenciamento ambiental (arts. 66 e 67 da Lei 9.605/98) e de improbidade administrativa (art. 11 da Lei 8.429/92);**

**CONSIDERANDO** que eventuais falhas no licenciamento e fiscalização ambiental afrontam os princípios e objetivos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal 6.938/81, que considera o meio ambiente como patrimônio público, pautando-se pela preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e de áreas degradadas, proteção da dignidade da vida humana, manutenção do equilíbrio ecológico e racionalização do uso do solo (arts. 2º, I, II, VIII, IX; 4º), o que também vincula o Governo Municipal às suas diretrizes (art. 5º).

**CONSIDERANDO** que o poder de polícia da Administração Pública no âmbito do Meio Ambiente, esfera Estadual, está afeto à CETESB, compreendendo, também, o dever de eficiência e presteza, pois cabe à Administração vigiar para que as normas de ordem pública sejam cumpridas. Como explica Paul Duez, *“o exercício da competência não é um privilégio, mas um dever para o agente, que tem a obrigação funcional de ser vigilante. E isto é verdadeiro não somente nos casos de competência vinculada, mas ainda nos casos de competência discricionária”* (La Responsabilité de La Puissance Publique”Dalloz, Paris, 1927,p.16, cit. por CELSO ANTONIO

BANDEIRA DE MELLO, “Responsabilidade Pública por Danos causados por Instituições Financeiras”, em RDP 91/247);

**CONSIDERANDO** que não se pode efetivamente olvidar que toda atividade humana supõe um dever geral, de diligência e prudência, a que ninguém está imune. Logo, se a Administração Pública descuidar desse dever acarreta-lhe o seu dever de compor os danos que poderia ter evitado ou diminuído. Nesse sentido, leciona CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, Elementos, ed. cit., p. 339-340, “*in verbis*”: “*Em síntese: se o Estado, devendo agir, por imposição legal, não agiu ou o fez deficientemente, comportando-se abaixo dos padrões legais que normalmente deveriam caracterizá-lo, responde por esta incúria, negligência ou de deficiência, que traduzem um ilícito ensejador do dano não evitado, quando, de direito, devia sê-lo. Também não o socorre eventual incúria em ajustar-se aos padrões devidos*”;

**CONSIDERANDO** que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos previstos na lei 6.938/81 para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana (artigos 2º, caput, c.c. artigo 9º, IV da lei 6.938/81), pelo que **deve obedecer rigorosamente às determinações legais a fim de garantir o desenvolvimento sustentável em suas vertentes econômica, social e ambiental**

**CONSIDERANDO** que o estudo de impacto ambiental deve prever a análise dos impactos ambientais do projeto, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando, dentre outros, **"SUAS PROPRIEDADES CUMULATIVAS E SINERGÉTICAS"**, CONFORME PREVÊ O **ARTIGO 5º, INCISO II DA RESOLUÇÃO CONAMA 01/86**);

**CONSIDERANDO** que a **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS PALMEIRAS" (CTR-PALMEIRAS)**, empreendimento situado no km 130 da Rodovia SP 147, Bairro Palmeiras, em Piracicaba, foi concebido com para operar com **QUATRO UNIDADES INTEGRADAS**, a saber:

- a) recepção e pré-tratamento dos resíduos;
- b) recebimento e trituração de resíduos verdes;
- c) sistema de tratamento mecânico biológico, contemplando o tratamento da fração orgânica por meio de biodigestão, englobando as fases anaeróbia (biometanização) e aeróbia (compostagem);
- d) aterro sanitário, destinadas ao recebimento, separação, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos produzidos pelo Município de Piracicaba.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No mesmo sentido, constou expressamente do **Edital de Concorrência nº 05/2011**, para contratação de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para execução de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, com implantação da Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras, no Município de Piracicaba a seguinte definição: 1.5. CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS PALMEIRAS : é a central que compreende o ATERRO SANITÁRIO PALMEIRAS, a UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, as instalações administrativas e as instalações operacionais. (ANEXO)

**CONSIDERANDO** que segundo Paulo Affonso Leme Machado *“licenciar por partes pode representar uma metodologia ineficiente, imprecisa, desfiguradora da realidade, e até imoral: analisando-se o projeto em fatias isoladas, e não sua totalidade ambiental, social e econômica, podendo ficar ocultas as falhas e os danos potenciais, não se podendo saber se as soluções parciais propostas serão realmente aceitáveis”*<sup>2</sup>.

**CONSIDERANDO** que AO SE TRATAR IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS DE FORMA ISOLADA, COMO SE ESTES FOSSEM INDEPENDENTES e sem reconhecimento de que os projetos resultarão em uma somatória de externalidades negativas, com desdobramentos decorrentes das obras como um todo (impactos negativos potencializados, necessidade de maior grau de mitigação, compensação) **está se INFRINGINDO O DISPOSTO NO ARTIGO 5º, II, DA RESOLUÇÃO CONAMA 01/86**);

**CONSIDERANDO** que, o estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente também deverá levar em conta os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade (art. 4º, IV, da

---

<sup>2</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 17ª edição, p. 288.

## **RESOLUÇÃO CONAMA 01/86).**

**CONSIDERANDO** a aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Piracicaba nº 02/2014, que altera a redação do parágrafo 1º, do artigo 2009, a fim de permitir que **resíduos não gerados no município de Piracicaba<sup>3</sup>, sejam tratados e aterrados no município, condicionando tal possibilidade à entrega dos mesmos à Prefeitura, através de sua empresa parceira (PIRACICABA AMBIENTAL)**, mediante a justificativa de que Piracicaba tem hoje capacidade de receber e dar a destinação correta aos resíduos sólidos não só dos produzidos pelos seus cidadãos, como também os produzidos pelas cidades do Aglomerado Urbano de Piracicaba, como também de outras cidades do Estado de São Paulo.

**CONSIDERANDO** que há maciça divulgação na imprensa local de que cerca de **30 (trinta) municípios vizinhos, sendo 22 (vinte e dois) integrantes da Aglomeração Urbana de Piracicaba e 08, do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos – CONSIMARES**, poderão vir a utilizar, mediante pagamento, a referida Central de Tratamento de Resíduos para tratamento e disposição final do lixo por eles gerado, assim como o Aterro Sanitário em análise, o que aumentará sobremaneira o tráfego e a disposição de resíduos neste município de Piracicaba, gerando

---

<sup>3</sup> Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Piracicaba nº 02/2014: "**§1º Os resíduos não gerados no município de Piracicaba somente poderão** ser tratados e aterrados em solo do município se forem entregues aos cuidados da Prefeitura Municipal de Piracicaba, ou ao seu parceiro privado, executor de contrato de Parceria Público-Privada, para tratamento em usina de reciclagem."NR

alto potencial de dano ambiental, sendo necessária a análise de sua viabilidade e consequências.

**CONSIDERANDO** que um juízo **positivo** sobre a viabilidade de quaisquer empreendimentos pressupõe **respostas concretas e garantias seguras** acerca das medidas necessárias para a mitigação dos impactos cumulativos deles decorrentes, sobretudo em relação àqueles **já previstos e admitidos**, algo por ora inexistente nos procedimentos de licenciamentos em questão;

**CONSIDERANDO** que o EIA das “**OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO ATERRO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – CTR PALMEIRAS**” em questão não fornece base técnica para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento, para discutir medidas mitigatórias e compensatórias, nem em termos qualitativos nem em termos quantitativos, sendo necessária a complementação dos estudos de forma a subsidiar adequadamente a tomada de decisão;

**CONSIDERANDO** que os interessados poderão apresentar documentos relativos ao assunto objeto da audiência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua realização, entregando-os diretamente no protocolo do órgão ou da entidade responsável pelo licenciamento, pelo plano, pelo programa ou pela atividade, ou os encaminhando por meio de carta registrada, para serem anexados ao



respectivo processo administrativo, conforme **previsão do artigo 20 da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011<sup>4</sup>**;

**CONSIDERANDO** o teor dos Pareceres Técnicos do Assistente Técnico de Promotoria, Michel Metran da Silva (Pareceres Técnicos: **LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15; LT 950-14 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12 e LT 349-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12**), tecendo considerações sobre o teor do EIA-RIMA do empreendimento do Aterro Palmeiras e sobre a Central de Tratamento de Resíduos (Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico e outros) **elencando questionamentos necessários para uma análise responsável acerca da viabilidade ambiental e socioeconômica dos empreendimentos em questão, os quais ficam fazendo parte integrante da presente RECOMENDAÇÃO;**

**CONSIDERANDO**, ainda, os demais dados e informações obtidos até o presente momento no âmbito do **Inquérito Civil nº 14.1096.0000001/2015-2**, instaurado para apurar os aspectos técnicos e/ou jurídicos relativos ao processo de licenciamento ambiental da **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – CTR - Palmeiras (Unidade de Tratamento**

---

<sup>4</sup> Art. 20. Os interessados poderão apresentar documentos relativos ao assunto objeto da audiência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua realização, entregando-os diretamente no protocolo do órgão ou da entidade responsável pelo licenciamento, pelo plano, pelo programa ou pela atividade, ou os encaminhando por meio de carta registrada, para serem anexados ao respectivo processo administrativo.

**Mecânico-Biológico, Recepção e Pré-Tratamento dos Resíduos, Recebimento e Trituração de Resíduos Verdes e Aterro Sanitário**), situada próximo à Rodovia Deputado Laércio Corte (SP 147), na altura do Km 130, Bairro Palmeiras, no Município de Piracicaba, no que tange à necessidade da verificação de sua regularidade e da viabilidade ambiental dos empreendimentos em questão, cuja íntegra segue gravada em mídia digital (CD) anexa, visando também propiciar análise pela CETESB dos elementos colhidos;

Por meio desta manifestação, é a presente para demonstrar as deficiências, omissões e irregularidades até então verificadas no procedimento de licenciamento do referido empreendimento e, ao final, RECOMENDAR e REQUISITAR o que segue:

## **I - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

Consoante o **Parecer Técnico nº 058/13/IPSR**, da CETESB, datado de 20.09.2013, foi definido o Termo de Referência – TR para a elaboração de EIA/RIMA das obras de implantação de todas as unidades da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba – CTR Palmeiras, DE FORMA INTEGRADA, consignando que o empreendimento em questão foi concebido para *“receber, tratar e dispor os **resíduos sólidos urbanos** com codisposição **de resíduos industriais** (classificados como Classe IIA e Classe IIB conforme a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR*

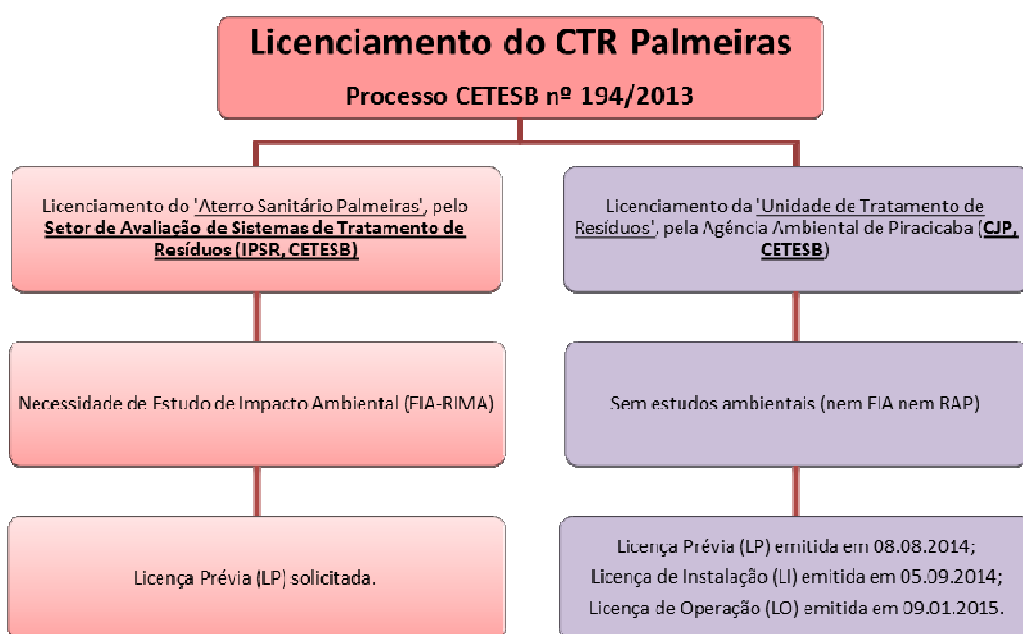
*10004:2004 – Resíduos sólidos - Classificação) gerados pelo município de Piracicaba, estimado em cerca de 215 toneladas diárias, sendo previstos os seguintes: resíduos sólidos provenientes da coleta domiciliar, varrição e feiras livres; **resíduos sólidos provenientes de indústrias** com características similares aos resíduos sólidos domiciliares e **resíduos especiais provenientes de serviços de saúde** após tratamento por autoclave”.*

Todavia, em 16 de abril de 2014, foi protocolizada correspondência pela Empresa Piracicaba Ambiental, solicitando à CETESB o **licenciamento individual do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico – TMB da CTR PALMEIRAS.**

Por meio do **Parecer nº 44/14/IPSR**, foi autorizado pela CETESB o licenciamento ambiental específico do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico – TMB para fins de redução de volume de resíduos, com a condução pela Agência Ambiental de Piracicaba, sendo, assim, **FRAGMENTADO O LICENCIAMENTO DAS UNIDADES, QUE DEVERÃO ATUAR DE FORMA NECESSARIAMENTE INTEGRADA.**

Destarte, atualmente tramitam pelo órgão ambiental o licenciamento do **'Aterro Sanitário Palmeiras'**, pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos (IPSR, CETESB), e o licenciamento da **'Unidade de Tratamento de Resíduos'**, pela Agência Ambiental de Piracicaba (CJP, CETESB).

Conforme informações obtidas no SIGAM, existem dois processos de licenciamento, sob o número 194/2013<sup>5</sup>, tramitando pelo órgão ambiental, versando tanto sobre o “Sistema de Tratamento Mecânico Biológico de Resíduos Compostagem para a Porção Orgânica” quanto sobre o “Aterro Sanitário Palmeiras” apresentadas abaixo.



**Figura 1: Esquema da situação atual do licenciamento ambiental da Central de Tratamento de Resíduos Palmeiras, do Município de Piracicaba, SP.**

<sup>5</sup> Em consulta ao SIGAM, pode-se observar que ambos os processos de licenciamento estão tramitando sob o número 194/2013, que trata tanto do “Sistema de Tratamento Mecânico Biológico de Resíduos Compostagem para a Porção Orgânica” quanto do “Aterro Sanitário Palmeiras”.

## II - DA NULIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

Conforme ***Edital de Convocação*** ***Edital de Convocação de Audiências Públicas – Processo 01/00194/13***, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, usando de sua competência legal, convocou duas audiências públicas sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação do Aterro da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras”, de responsabilidade da Piracicaba Ambiental S/A (Processo 01/00194/13), ocorridas nas seguintes datas:

- **Terça-feira, dia 28 de Abril de 2015**, às 17 horas, no Teatro da Prefeitura Municipal de Piracicaba, Rua Capitão Antônio Corrêa Barbosa, 2233, Chácara Nazareth, Piracicaba/SP;
- **Quarta-feira, Dia 29 de Abril de 2015**, às 17 horas, no Clube Recreativo e Cultural de Iracemápolis (CRECI), Rua Antônio Joaquim Fagundes, 185, Centro, Iracemápolis/SP.

Ocorre que, as referidas **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NÃO PODEM SER CONSIDERADAS COMO VÁLIDAS**, devido à ocorrência de vícios insanáveis, que as eivaram de nulidade.

***A – Da falta de disponibilização do EIA-RIMA (Art. 10 da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/11)***

Inicialmente, é importante destacar que não foram cumpridos os requisitos previstos na **Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011**, no tocante à ***garantia de publicidade e de acesso às informações das audiências públicas (art. 8º)***.

Além de todo o regramento legal sobre o tema, determina expressamente o **artigo 10** da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2011 que:

***Art. 10.*** *No período que corre entre a convocação e a realização da audiência pública, o estudo técnico em discussão DEVERÁ estar disponível no site do órgão ou da entidade responsável pela sua análise, para conhecimento público, assim como para que os interessados possam manifestar-se pela Internet ou por qualquer outro meio endereçado ao órgão ou entidade responsável por essa análise. (destaquei)*

Não se trata, portanto, de mera faculdade ou de “mais um meio” de publicidade, sendo **OBRIGATÓRIA** a prévia e integral disponibilização do EIA-RIMA, em site das entidades, a fim de possibilitar o amplo conhecimento de seu conteúdo e de acesso à informação e à participação nas audiências públicas.

Releva consignar, no entanto, que o **Estudo de Impacto Ambiental NÃO FOI DISPONIBILIZADO INTEGRALMENTE** pelo órgão licenciador em seu *SITE*, obstando o devido acesso a informação e à participação. Estavam AUSENTES diversas partes a seguir citadas:

a) A íntegra do **CAPÍTULO 2**, que trata da “DA JUSTIFICATIVA AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO”, versando sobre:

<b>2. JUSTIFICATIVA AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO</b> .....	<i>Capítulo 2: página 1</i>
2.1 Situação dos Resíduos Sólidos no Brasil .....	<i>Capítulo 2: página 2</i>
2.2 Breve discussão sobre os Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo.....	<i>Capítulo 2: página 7</i>
2.3 Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Piracicaba.....	<i>Capítulo 2: página 10</i>
2.3.1 Gestão Atual dos Resíduos Sólidos.....	<i>Capítulo 2: página 12</i>
2.3.2 Coleta Seletiva .....	<i>Capítulo 2: página 13</i>
2.3.3 Atual Sistema de Disposição dos Resíduos Sólidos em Piracicaba .....	<i>Capítulo 2: página 13</i>
2.4 Acontecimentos Históricos da Gestão de Resíduos Sólidos em Piracicaba.....	<i>Capítulo 2: página 15</i>
2.5 Considerações a Cerca da Implantação do Aterro Sanitário .....	<i>Capítulo 2: página 19</i>

b) Não foram apresentadas as descrições dos impactos, classificação e/ou categorizações dos mesmos<sup>6</sup>. **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Todas as tabelas que deveriam apresentar as matrizes de impacto ambiental, apesar de citadas no corpo do texto, estavam ausentes no EIA-RIMA até a véspera da audiência. São elas:

- **Tabela 8.1:** Matriz de Impactos na Fase de Planejamento
- **Tabela 8.2:** Matriz de Impactos na Fase de Instalação

---

<sup>6</sup> Natureza do Impacto; Abrangência; Forma de Incidência (Ordem); Ocorrência; Duração; Reversibilidade do Impacto; Magnitude do Impacto; Significância do Impacto.

- **Tabela 8.3:** Matriz de Impactos na Fase de Operação
- **Tabela 8.4:** Identificação de Impactos no Meio Físico e Proposição de Medidas Mitigadoras
- **Tabela 8.5:** Identificação de Impactos no Meio Biótico e Proposição de Medidas Mitigadoras
- **Tabela 8.6:** Identificação de Impactos no Meio Socioeconômico e Proposição de Medidas Mitigadoras

c) Não foram apresentadas **alternativas locais** na versão disponibilizada pelo CONSEMA que esteve disponível até o dia 27.04.2015. O Estudo de Impacto Ambiental cita que:

*Conforme **já especificado no capítulo anterior deste estudo [Capítulo 2]**, mais especificamente no item que trata da gestão dos resíduos sólidos no município de Piracicaba desde o final da década de 90, quando estava por fim a vida útil do Aterro Pau Queimado, a municipalidade iniciou o processo de buscar novas alternativas para a questão dos resíduos sólidos (grifo meu).*

Diante da ausência do Capítulo 2, **não foram apresentadas alternativas locais do empreendimento, conforme preconiza o Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 01/86.**



d) Ausência do **ANEXO 6**, contendo Laudos de Amostras de Superficiais (Córrego Montante e Córrego Jusante), assim como a Cadeia de Custódia;

***B – Da modificação do EIA no decorrer do prazo de consulta pública***

Apenas no **dia 27.04.2015 — um dia antes da Audiência Pública de Piracicaba — o Capítulo 2 e as Matrizes de Impactos** foram anexados no arquivo compactado disponibilizado no site do CONSEMA, conforme demonstrado claramente no Parecer Técnico **LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15**, elaborado pelo Assistente Técnico do Ministério Público.

Assim, restaram integralmente prejudicados o conhecimento, a análise e a discussão sobre a viabilidade ambiental do empreendimento em questão, bem como sobre seus impactos, medidas mitigadoras e compensatórias, **frustrando integralmente as finalidades das audiências públicas designadas, sem o atendimento dos preceitos legais.**

Após diversas manifestações na audiência pública de Piracicaba sobre a ausência daquelas partes relevantes do EIA-RIMA, **as quais ficam reiteradas**, foi reconhecido expressamente pelo Empreendedor

a ausência de trechos do documento, devido a uma “falta do Setor de Informática”, somente sanada no dia 27/04/15.

Não havendo qualquer controvérsia sobre a irregularidade denunciada, as audiências públicas devem ser novamente realizadas.

### ***C – DA PUBLICIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS***

A ampla publicidade e o cumprimento das formalidades legais também merece ser objeto de averiguações, uma vez que, *prima facie*, a divulgação realizada não parece ter alcançado seu intento.

O Ministério Público, aliás, somente recebeu o convite para participar da audiência pública no dia 27 de abril de 2015, véspera da 1ª audiência pública.

Foram requisitadas à empresa informações no inquérito civil a respeito do cumprimento das formalidades relativas à ampla publicidade, estando no prazo para a resposta.

### **III - O EIA/RIMA DO ATERRO SANITÁRIO DO CTR PALMEIRAS: A NECESSÁRIA COMPLEMENTAÇÃO**

Devido à falta de disponibilização dos documentos técnicos em tempo hábil antes da audiência, restou prejudicada a análise necessária dos estudos realizados, anteriormente às audiências públicas e neste curto período de 05 (cinco) dias, a que se refere o Artigo 20 da DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 11/2006.

Assim, cumpre registrar que, as considerações abaixo são PRELIMINARES, sem prejuízo de outras que poderão ser extraídas diante da continuidade da análise mais aprofundada do empreendimento, bem como do processo de licenciamento.

É justamente o que se pretende, com a complementação dos estudos apresentados no EIA-RIMA, envolvendo ainda, todas as demais unidades e o sistema de tratamento mecânico-biológico. Somente deste modo será possível a análise adequada dos diversos aspectos ambientais, sociais e econômicos envolvidos no projeto, com vistas ao atendimento integral da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Lei de Política Nacional de Saneamento Básico e demais legislação aplicável.

No anexo **Parecer Técnico nº LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01/15 e nos demais citados**, elaborados pelo Assistente Técnico do Ministério Público, Michel Metran da Silva, foram apresentados ponto a ponto, os motivos que demonstram a **necessidade imediata por parte deste órgão ambiental de providências para que sejam sanadas as graves deficiências e omissões do EIA-RIMA e demais atos administrativos praticados no decorrer do procedimento de licenciamento.**

Em uma breve análise do cumprimento do TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR), de plano são verificados os descumprimentos das determinações (**Vide mais especificamente item 2.4 do Parecer Técnico nº LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01/15**).

#### ***A – O Aterro Palmeiras: LOCAL OU REGIONAL?***

Dentre as exigências desatendidas, emerge como uma das mais preocupantes aquela que diz respeito à obrigação da empresa responsável pelo EIA RIMA informar, na justificativa do empreendimento, os principais grupos geradores de resíduos sólidos urbanos, que serão atendidos pelo empreendimento, **considerando uma projeção futura de geração pelo aumento da população local e dos demais municípios de abrangência do projeto, contemplando a DEMANDA REGIONAL.**

Eis o teor do TdR:

## 2 JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO

Conforme capítulo 2 do PT (pág. 98), *considerando que neste capítulo deverão ser apresentados os principais argumentos que justifiquem a implantação do empreendimento, devendo ser avaliada a sua importância no contexto socioeconômico e ambiental, contemplando a demanda regional por uma instalação de tratamento de resíduos, informando os principais grupos geradores de resíduos sólidos urbanos, que serão atendidos pelo empreendimento, considerando uma projeção futura de geração pelo aumento da população local e dos demais municípios de abrangência do projeto. Neste tópico deverão também ser consideradas as iniciativas de redução de resíduos (coleta seletiva, reciclagem, educação ambiental, etc.) atualmente existentes ou a serem implantadas local e regionalmente.*

Apesar de ter constado do Plano de Trabalho disponibilizado pelo empreendedor, a importância do CTR-Palmeiras na escala regional, todas as unidades estão sendo licenciadas PARA ATENDER EXCLUSIVAMENTE O MUNICÍPIO DE PIRACICABA, SEM A ANÁLISE DE SUA VOCAÇÃO REGIONAL, PARA O PRETENDIDO RECEBIMENTO DE MAIS DE 30 (TRINTA) CIDADES, COMO PUBLICAMENTE ANUNCIADO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E PELA EMPRESA PIRACICABA AMBIENTAL (vide matérias anexadas e outros documentos).

Sempre buscando dar uma aparência de empreendimento com impactos ambientais pouco expressivos, na verdade, como se infere das inúmeras matérias jornalísticas anexadas, **mais do que mera intenção, todas as medidas já estão sendo adotadas para viabilizar o recebimento, muito em breve, neste ATERRO PALMEIRAS, dos resíduos sólidos de Piracicaba e região.**

Neste sentido, foi inclusive aprovado no dia 30 de abril de 2015, o **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Piracicaba nº 02/2014**, que altera a redação do parágrafo 1º, do artigo 2009, a fim de permitir que **resíduos não gerados no município de Piracicaba<sup>7</sup>**, sejam **tratados e aterrados no município, condicionando tal possibilidade à entrega dos mesmos à Prefeitura, através de sua empresa parceira (PIRACICABA AMBIENTAL)**, mediante a justificativa de que *“Piracicaba tem hoje capacidade de receber e dar a destinação correta aos resíduos sólidos não só dos produzidos pelos seus cidadãos, como também os produzidos pelas cidades do Aglomerado Urbano de Piracicaba, como também de outras cidades do Estado de São Paulo”* (vide cópia do Projeto de Lei nos autos).

É maciça a divulgação na imprensa local, ademais, de que cerca de **30 (trinta) municípios vizinhos, sendo 22 (vinte e dois) integrantes da Aglomeração Urbana de Piracicaba e 08, do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos – CONSIMARES**, poderão vir a utilizar, mediante pagamento, a referida Central de Tratamento de Resíduos para tratamento e disposição final do lixo por eles gerado, assim como o Aterro Sanitário em análise, o que aumentará sobremaneira o tráfego e a disposição de resíduos neste município, gerando alto potencial de dano ambiental, sendo necessária a análise de sua viabilidade ambiental.

---

<sup>7</sup> Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município de Piracicaba nº 02/2014: **"§1º Os resíduos não gerados no município de Piracicaba somente poderão** ser tratados e aterrados em solo do município se forem entregues aos cuidados da Prefeitura Municipal de Piracicaba, ou ao seu parceiro privado, executor de contrato de Parceria Público-Privada, para tratamento em usina de reciclagem."NR

Este fato, somado à fragmentação das outras unidades, o que será abordado com mais profundidade a seguir, além de inviabilizar a transparência sobre a exata dimensão deste grande projeto e sobre os rumos do gerenciamento dos resíduos sólidos em escala local e regional, estimada para alcançar até 2.000 ton/dia, acaba subtraindo do órgão ambiental e de toda a sociedade o adequado conhecimento e verificação os impactos dele decorrentes e da necessária mitigação e compensação. É o que já ocorreu com a unidade de tratamento mecânico-biológico (CTR PALMEIRAS)

Vale lembrar, ainda, que o estudo de impacto ambiental, além de atender aos princípios e objetivos expressos na Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 1º, IV) e da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, também deverá cumprir os ditames da RESOLUÇÃO CONAMA 01/86, que determina que deverão ser levados em conta os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade (art. 4º, IV).

Postergando, para momento oportuno e futuro, parece evidente supor que o empreendedor pretende contar com procedimentos mais simplificados como o da mera ampliação de empreendimento, ou, ainda, o licenciamento de partes individualizadas, com menores impactos, se considerados isoladamente, COM O QUE NÃO PODE ANUIR ESTE ÓRGÃO LICENCIADOR (CETESB).

***B - A fragmentação do licenciamento das unidades e os prejuízos à análise integrada do empreendimento.***

Infere-se a necessidade clara de complementação do EIA-RIMA para a análise conjunta dos impactos da CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS PALMEIRAS **como um todo, formado por unidades que deverão necessariamente funcionar de forma integrada, como originalmente determinado pela CETESB.**

Na correspondência enviada à CETESB pela PIRACICABA AMBIENTAL solicitando a individualização dos processos de licenciamento do Aterro Sanitário e da Central de Tratamento de Resíduos, datada de 08 de abril de 2014 (fls. 238/241 do Processo CETESB nº 194/2013), foi expressamente formulado nos seguintes termos:

Isto posto, vimos por meio desta solicitar que os processos de licenciamento do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB) e do Aterro Sanitário sejam individualizados, nos seguintes termos:

- ❖ Conduzir o processo de licenciamento ambiental prévio do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico de maneira independente, uma vez que em decorrência de suas características, isoladamente tal sistema não se configura como um empreendimento causador de significativa degradação do meio ambiente, não dependendo portanto da aprovação de EIA RIMA (Art. 5 da Res. SMA 54/2004); e
- ❖ **Dar continuidade à elaboração do EIA RIMA do Aterro Sanitário para dispor o rejeito, e proceder a avaliação de impactos da Central como um todo (impactos cumulativos), incluindo o processo de Tratamento Mecânico Biológico.**



Releva frisar, portanto, que foi formalizado o compromisso pelo empreendedor (PIRACICABA/AMBIENTAL) de avaliar integralmente os impactos cumulativos do Aterro e TMB quando da elaboração do EIA-RIMA, o que não ocorreu. (Vide LT 0349-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12).

Consta expressamente do EIA/RIMA que “*o aterro sanitário será implantado nas dependências da CTR-Palmeiras que contará com um sistema de tratamento para os resíduos urbanos (TMB-Piracicaba) que tratará os resíduos e encaminhará os rejeitos ao aterro sanitário objeto do presente estudo*”<sup>8</sup>

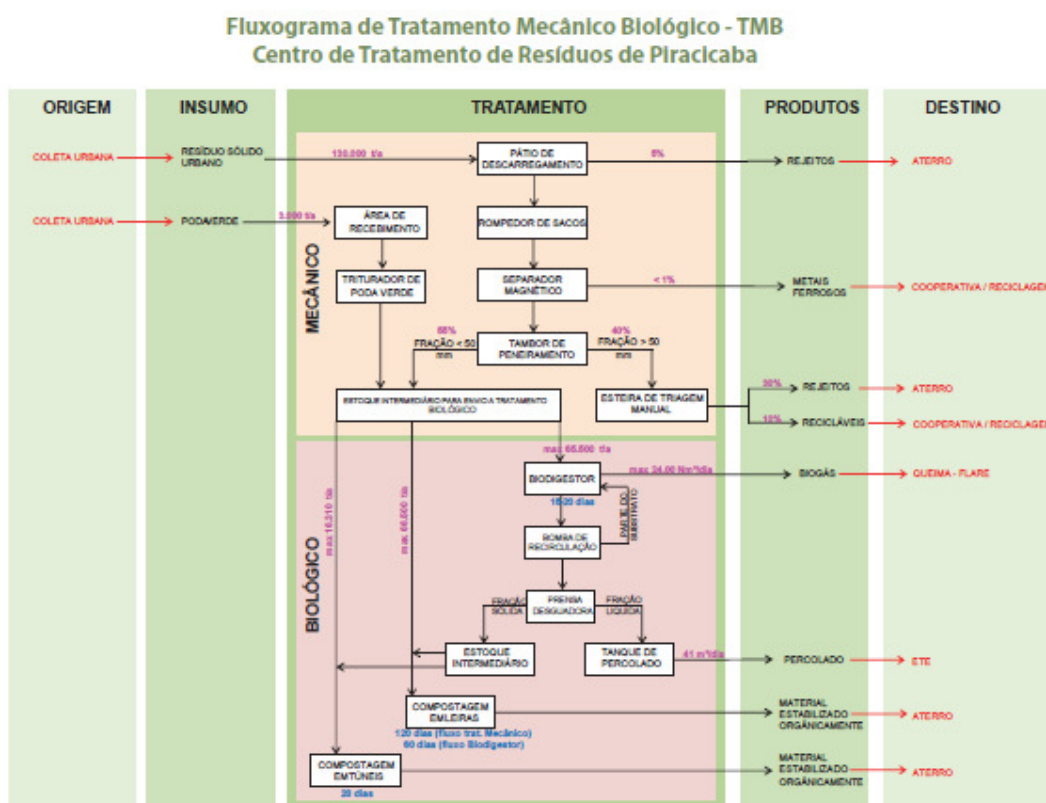
**CABE À CETESB, PORTANTO, FAZER CUMPRIR TAL OBRIGAÇÃO, EXIGINDO “A AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DA CENTRAL COMO UM TODO (IMPACTOS CUMULATIVOS), INCLUINDO O PROCESSO DE TRATAMENTO MECÂNICO BIOLÓGICO”.**

A fragmentação do licenciamento, aliás, com a antecipação da instalação da CTR PALMEIRAS, prejudicou até mesmo a **análise comparativa das alternativas locais**, como determinado no TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR), a qual, acabou ficando comprometida, pois o projeto somente pode ser concebido, repita-se, se suas unidades não forem dissociadas.

---

<sup>8</sup> RIMA, p. 93.

Para bem demonstrar a necessidade de tal integração, basta uma breve verificação do fluxograma da CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS, constante do RIMA:



RIMA | Relatório de Impacto Ambiental 11

Outro prejuízo relevante decorrente de tal situação é a falta de apresentação do fluxograma geral do projeto e do balanço de massa detalhada de todo o processamento. De acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR) a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria apresentar:

- Fluxograma geral do projeto com indicação dos principais equipamentos e saídas de massa no processo, em que poderão ser observados os principais aspectos ambientais do projeto, bem como sua localização física.
- Apresentar balanço de massa detalhado de todo o processamento, desde os resíduos sólidos encaminhados para o processo de digestão até a geração de águas residuárias, incluindo todo o processo de incremento de água no processo, justificando todas as condições estabelecidas de processo como concentração de diluição de lixo orgânico, tempo de detenção do processo de digestão e geração de efluentes líquidos.

Nada consta sobre isso no Estudo de Impacto Ambiental.

Da mesma forma, **falta clareza no tocante à tipologia dos resíduos e à origem dos mesmos**, contemplando uma **descrição detalhada das características qualitativas e quantitativas dos resíduos** a serem destinados ao empreendimento (Conforme exigência do **Parecer Técnico nº 058/13/IPSR**, da CETESB, datado de 20.09.2013).

Nada que se assemelhasse a um estudo de composição gravimétrica foi apresentado no EIA ou mesmo utilizadas metodologias que demonstrassem esta realidade. Não foram apresentados os principais grupos geradores que serão atendidos pelo empreendimento conforme requerido no item ‘2. Justificativa do Empreendimento’ do TdR

Vale destacar a importância de tal exigência, pois, além do aspecto da pretendida regionalização, quando da solicitação do Termo de Referência – TR para a elaboração de EIA/RIMA das obras de implantação de todas as unidades da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba – CTR

Palmeiras, foi consignado que o empreendimento em questão foi concebido para “receber, tratar e dispor os **resíduos sólidos urbanos** com codisposição **de resíduos industriais** (classificados como Classe IIA e Classe IIB conforme a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos - Classificação) gerados pelo município de Piracicaba, estimado em cerca de 215 toneladas diárias, sendo previstos os seguintes: resíduos sólidos provenientes da coleta domiciliar, varrição e feiras livres; **resíduos sólidos provenientes de indústrias** com características similares aos resíduos sólidos domiciliares e **resíduos especiais provenientes de serviços de saúde** após tratamento por autoclave”.

No EIA/RIMA consta, diversamente, que: “O aterro sanitário foi concebido para a disposição de resíduos sólidos classificados como Classe IIA (não perigosos / não inertes) e Classe IIB (não perigosos / inertes) gerados no município de Piracicaba numa quantidade aproximada de **400 toneladas por dia**, conforme a Norma ABNT NBR 10004, Resíduos Sólidos Classificação, seguindo as prescrições da Norma ABNT NBR 13896 Aterro de resíduos não perigosos, critérios para projeto, construção e operação.” O custo estimado é de R\$ 25 milhões.<sup>9</sup>

Ainda de acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR), a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria apresentar as “alternativas tecnológicas do empreendimento”, e “indicar as vantagens e

---

<sup>9</sup> RIMA, p. 31

desvantagens das diferentes alternativas considerando os aspectos de ordem técnica, econômica e ambiental” .

Não houve, todavia, uma análise criteriosa sobre qual seria a melhor alternativa tecnológica a ser adotada para tratamento dos resíduos sólidos do Município de Piracicaba, bem como da melhor forma de **INTERAÇÃO e APROVEITAMENTO DAS UNIDADES QUE ESTÃO SENDO LICENCIADAS SEPARADAMENTE.**

**A análise fragmentada trouxe, portanto, diversos prejuízos à análise da viabilidade ambiental, aqui mencionados, e outros que são melhor explanados nos pareceres técnicos anexos.**

### ***C – Outros problemas detectados no atendimento do Termo de Referência***

Resumidamente e sem prejuízo de esgotar todas as deficiências e omissões apresentadas no **PARECER TÉCNICO LT 0389-15 MAUHAC GAEMA PIRACICABA 01/15**, que deverão ser consideradas de **forma pormenorizada, ponto a ponto**, podemos colacionar as que seguem, extraídas do item 3 do referido parecer:

**1.** A equipe técnica responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental não apresentou a Anotação de

Responsabilidade Técnica (ART) “*de todos os profissionais responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA*”, conforme preconizado no TdR, apresentado no Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR;

**2.** Não foram apresentados os principais grupos geradores que serão atendidos pelo empreendimento conforme requerido no item ‘*2. Justificativa do Empreendimento*’ do TdR ;

**3.** Visto que o terreno onde o empreendimento está sendo implantado foi desapropriado em 22 de Julho de 2008, por meio do Decreto Municipal nº 12.759, não foram apresentadas alternativas locacionais e, portanto, não houve comparação utilizando os critérios sócio-ambientais conforme requerido no TdR;

**4.** De acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR) a empresa responsável pelo EIA RIMA deveria apresentar as alternativas tecnológicas do empreendimento, e “*indicar as vantagens e desvantagens das diferentes alternativas considerando os aspectos de ordem técnica, econômica e ambiental*”. Tal item não foi considerado pelo EIA;

**5.** De acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR) a empresa responsável pelo EIA RIMA deveria avaliar o cenário de não implantação do empreendimento “*com as respectivas consequências*”

*na área econômica [...]”.* Nada é dito sobre as consequências na área econômica;

**6.** O EIA RIMA deveria apresentar a classificação das tipologias dos resíduos, contemplando uma descrição detalhada das características qualitativas e quantitativas dos resíduos. Em resumo, podemos sintetizar que o TdR preconizava a elaboração de um estudo de composição gravimétrica dos resíduos que serão recebidos no aterro. Cumprir destacar que nenhum estudo gravimétrico ou similar foi apresentado;

**7.** No que tange às características do projeto proposto, o TdR exigia que fosse apresentada a descrição detalhada do processo de recebimento dos resíduos, capacidade do aterro entre outros itens. Tais descritivos requeridos no TdR não foram apresentados no Estudo de Impacto Ambiental. Quanto a capacidade do aterro, existem citações que variam de 215 à 2.000 ton/dia

**8.** O EIA deveria apresentar um *“fluxograma geral do projeto com indicação dos principais equipamentos e saídas de massa no processo, em que poderão ser observados os principais aspectos ambientais do projeto, bem como sua localização física”*. Nada consta sobre isso no Estudo de Impacto Ambiental;

**9.** No que tange a '**Qualidade do Ar**', o TdR exigia a apresentação de estimativas de emissão utilizando *"o software LandGEM e os fatores de emissão do AP-42, ambos da United States Environmental Protection Agency [...]"*. Nada consta sobre isso no Estudo de Impacto Ambiental;

**10.** De acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR) a empresa responsável pelo EIA/RIMA deveria *"apresentar cronograma de operação e desativação do empreendimento e os Planos de Monitoramento Ambiental previstos para esta etapa"*. O que consta no EIA, no item sobre a '*Desativação e Uso Futuro da Área de Intervenção*', é bastante vago e impreciso. Não especifica quais serão as atividades de monitoramento que serão empregadas;

**11.** No TdR do EIA-RIMA, elaborado pela CETESB no Parecer Técnico nº 058/13/IPSR, é informado que *"deverá ser realizado levantamento do potencial arqueológico"*, ainda é dito que *"também deverá ser apresentado levantamento preliminar sobre eventual presença de patrimônio histórico e cultural no entorno do empreendimento e de bens tombados nas esferas municipal, estadual e federal"*. O empreendedor só apresentou um projeto (não executado) de prestação de serviço de uma empresa de arqueologia. Não foram apresentados resultados. Já existem estudos pretéritos *"onde é destacada a presença de vestígios arqueológicos"*



*no terreno*”. Posto isso, conclui-se que o empreendedor não atendeu a Portaria IPHAN n.º 230/02<sup>10</sup> e, portanto, o Parecer Técnico nº 058/13/IPSR;

**12.** No Capítulo 6, que trata da caracterização do empreendimento, era citado que os documentos que comprovem a fase de regularização estariam no Anexo 1 do EIA. Analisando a documentação disponível no referido anexo, não há qualquer comprovação apresentada pelo empreendedor que ateste que *“o poço artesiano [...] encontra-se em fase de regularização junto ao DAEE”*;

**13.** De acordo com o TdR (Parecer Técnico CETESB nº 058/13/IPSR) a empresa responsável pelo EIA RIMA deveria apresentar manifestação do Quarto Comando Aéreo Regional. Não foi apresentada a referida manifestação;

**14.** É questionável o montante de R\$24.954.790,53, devendo ser contemplado no valor a ser considerado, *“além da fase de preparação do terreno e instalação de infra-estrutura, também os custos abrangidos para a fase de construção, considerando a sua vida útil e encerramento”*, conforme requerido, á época do Processo CETESB por meio do Parecer Técnico CPRN/DAIA/391/2006;

---

<sup>10</sup> Revogada em 25 de Março de 2015, a partir de quando passou a vigorar a ‘Portaria Interministerial nº60, de 25 de Março de 2015.

**15.** De acordo com a Lei Municipal Complementar nº 186, de 10 de Outubro de 2006, determinados empreendimentos deverão apresentar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). A única exceção que a Lei Municipal apresenta, conforme explicitado na p. 20 do capítulo 4 do EIA, é para o *“uso agro-silvo-pastoril na Macrozona Rural”*. Considerando que o empreendimento em questão não se enquadra nessa exceção, questiona-se se foi/será apresentado algum Estudo de Impacto de Vizinhança?;

#### **IV - CTR – PALMEIRAS (UNIDADE DE TRAMENTO MECÂNICO-BIOLÓGICO E DE COMPOSTAGEM):**

Dentre as irregularidades da CTR-Palmeiras, podem ser destacadas as que seguem, extraídas dos pareceres técnicos<sup>11</sup>, dentre outras:

**1.** A concessão de licenças prévia, de instalação e parcial de operação sem o necessário Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);

---

<sup>11</sup> A íntegra da análise dos problemas na CTR-PALMEIRAS (Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico), deverá ser verificada nos **PARECERES TÉCNICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LT 0950-14 MAHUAC GAEMA PIRACICABA, IC 16-12 - LT 0349-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 16-12 E LT 0389-15 MAHUAC GAEMA PIRACICABA IC 01-15)**

2. A fragmentação indevida do licenciamento ambiental da **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS CTR - PALMEIRAS** em dois outros procedimentos distintos (um deles, em curso perante a **CETESB - Agência Ambiental de Piracicaba - CJP**, versando sobre a unidade de tratamento mecânico biológico do empreendimento; outro, perante a **CETESB – Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (Departamento de Avaliação de Empreendimentos- IE – Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos - IPSR)**, por meio da apresentação de EIA-RIMA, nos termos do Parecer Técnico nº 059/13/IPSR de 20.09.2013;

3. A insustentabilidade e a necessidade de revisão do **Parecer Técnico CETESB nº 044/14/IPSR** que dispensou o empreendedor da apresentação de EIA-RIMA para o TMB, contrariando a **Resolução SMA nº 75/2008** (art. 2º), pois a CTR-PALMEIRAS envolve tanto o tratamento mecânico-biológico, como a compostagem;

4. Conforme fluxograma apresentado no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>12</sup> que apresenta os volumes que serão tratados em cada etapa do empreendimento, **226,87 ton /dia serão tratadas exclusivamente por compostagem**: a) **44,68 ton/dia** (16.310 ton/ano) serão tratadas por '*Compostagem em Túneis*', sem passar pelo processo do '*Biodigestor*', configurando-se, portanto, como um processo de **compostagem**; b) **182,19 ton/dia** (66.500 ton/ano), serão tratados por

---

<sup>12</sup> RIMA, p. 11.

*‘Compostagem em Leiras’*, sem passar pelo processo do *‘Biodigestor’*, configurando-se portanto como um processo de **COMPOSTAGEM AERÓBIO**;

5. Diante dos dados constantes do item anterior (4) a transferência do licenciamento ambiental da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico para a Agência Ambiental de Piracicaba (CJP, CETESB) **não observou a Resolução SMA nº 75/2008** (art. 2º), que somente permite que sejam conduzidos pelas Agências Regionais da CETESB, os licenciamentos para a instalação e ampliação de Unidades de Compostagem, com **capacidade de projeto inferior a 100 t/dia, foi fragrantemente descumprida, sem qualquer justificativa.**

6. Mesmo não havendo previsão expressa em relação ao sistema de tratamento mecânico-biológico na Resolução SMA 75/2008, os parâmetros adotados devem no mínimo, ser observados e aplicados por analogia;

7. Não houve a exigência de todos os estudos ambientais necessários para avaliar os impactos na qualidade do ar e dispersão de poluente, e os demais impactos decorrentes do empreendimento;

**8.** Verifica-se a inobservância do **Termo de Referência nº 04/14**, impedindo a análise dos impactos ambientais do sistema mecânico-biológico, que é pioneiro no Brasil;

**9.** Não houve análise detalhada de impactos ambientais que incluíssem, por exemplo, parâmetros quantitativos para possibilitar comparações e avaliações de risco ambiental, fato que se deve à ausência de Estudo de Impacto Ambiental;

**10.** Há incongruências quanto à capacidade da CTR (EIA-RIMA menciona 215 ton/ano, enquanto há menção a 350 a 400ton/ano);

**11.** Não houve a demonstrando do fluxograma detalhado de destinação final dos resíduos e rejeitos gerados no processo, em todas as etapas, com a indicação dos respectivos responsáveis, de forma a demonstrar efetivamente o cumprimento do artigo 9º da Lei 12305/10, que determina ordem prioritária a ser observada no gerenciamento dos resíduos sólidos.

**12.** Houve a desconsideração do aproveitamento energético dos resíduos, ao contrário do que foi largamente propalado nos fóruns de discussão realizados na época do edital;

**13.** Foi consignada a inviabilidade de utilização dos resíduos beneficiados como fertilizante agrícola (descartada pela CETESB), bem como da não apresentação de alternativas para destinação e/ou disposição final ambientalmente adequada, havendo total ausência de tal requisito, apenas com anúncios públicos da utilização como CDR (Combustível Derivado de Resíduo) até 2000 toneladas de lixo/dia.

**14.** Constan diversas matérias jornalísticas na imprensa local, dando conta do evidente propósito do recebimento, em curtíssimo prazo, de resíduos de inúmeros Municípios, inclusive sem prévia separação e tratamento, o que causará aumento significativo dos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da destinação de resíduos de toda a região;

**15.** Foi publicado no **site oficial da Prefeitura Municipal de Piracicaba** terá a capacidade para atender os 22 municípios do Aglomerado Urbano de Piracicaba e mais oito do CONSIMARES (Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos), que inclui Sumaré, Americana, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Capivari e Elias Fausto, **tendência esta reconhecida expressamente pelo Prefeito de Piracicaba, Sr. Gabriel Ferrato.**

**16.** No dia 30.04.2015, para viabilizar a concretização de tal intento, foi aprovado o **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do**

**Município de Piracicaba (PL nº 02/2014)**, com o objetivo de alterar o artigo 209, na redação do parágrafo 1º, que dispõe sobre os resíduos não gerados no Município.

**17.** Posteriormente à fragmentação do licenciamento da parte relativa ao CTR, houve o reconhecimento do aumento na geração de **efluentes de 40 para 250m³/dia**, devido à utilização de área descoberta, ao contrário do que foi anteriormente previsto.

**18.** Diante desta intenção declarada, todos os impactos deverão ser contemplados e avaliados de Estudo de Impacto Ambiental a fim de viabilizar a análise da viabilidade ambiental e, em caso positivo, o dimensionamento dos impactos, com a definição das medidas mitigadoras e compensatórias; Não foram atendidas todas condicionantes previstas na Licença Prévia (licença foi expedida sem que fossem providenciados diversos detalhamentos de processos e estimativas de emissão de poluentes do empreendimento, nele previstas como condicionantes);

**19.** As irregularidades praticadas na obtenção da regularização do poço junto ao DAEE (poço inexistente, apesar de solicitada mera regularização, visando, desta forma, esquivar-se da necessidade de EVI -estudo de viabilidade- e de requerimento de outorga);

**20.** A Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), não obstante, já emitiu licença parcial para funcionamento da **parte inorgânica da CTR Palmeiras**.

**21.** Segundo o Presidente da Empresa Piracicaba Ambiental, em operação na cidade desde 2013, formada através do consórcio das empresas Enob - Engenharia Ambiental Ltda. e Kuttner GMBH & CO.KG, o investimento na CTR foi de **R\$ 250 milhões (vide na mídia anexa)<sup>13</sup>**.

**22.** Ao ser fracionado o licenciamento desta unidade de tratamento mecânico-biológico, deixaram, por conseguinte, de serem apresentadas as correspondentes **medidas mitigadoras e compensatórias** aos impactos que serão ocasionados, **sendo dispensada a empresa, ademais, da obrigação prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000, na parte equivalente a este montante e ao remanescente;**

**23.** Apesar do compromisso assumido pelo empreendedor, por meio da **Correspondência da Piracicaba Ambiental S/A** para o Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos (IPSR, CETESB), de 08.04.2014, solicitando que os processos de licenciamento do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB) e do Aterro Sanitário

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.piracicaba.sp.gov.br/piracicaba-sai-na-frente-com-a-instalacao-da-usina-de-tratamento-de-residuos-solidos-/33307>. Acessado em 05 de Maio de 2015.



fossem individualizados<sup>14</sup>, o empreendedor não cumpriu o compromisso de avaliar os impactos cumulativos do Aterro e TMB, no EIA/RIMA apresentado, limitando-se a sustentar que se tratam de procedimentos distintos.

## **V – RECOMENDAÇÕES E REQUISIÇÕES:**

Diante das atribuições e instrumentos legais conferidos ao Ministério Público, dentre elas a prerrogativa legal para expedir **RECOMENDAÇÕES** aos órgãos públicos, para as providências cabíveis (artigo 6º, inciso XX da LC nº 75/93) é a presente para **RECOMENDAR E REQUISITAR, EM CARÁTER PRELIMINAR<sup>15</sup> AOS ILMOs. PRESIDENTE DA CETESB E DIRETORA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL,** bem como aos demais agentes legalmente competentes para apreciar o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento retrocitado e licenciamento do empreendimento em questão, como um todo, que:

A) Atentem, no mínimo e sem prejuízo de outras previsões legais, a todas críticas e sugestões efetuadas quando das audiências públicas, as posteriores contribuições efetuadas nos termos do artigo 20 da Deliberação Consetama Normativa 01/2011 e demais atinentes à viabilidade e regularidade do empreendimento.

---

<sup>14</sup> Disponível na mídia digital apensada na fl. 837.

<sup>15</sup> Sem prejuízo de outras considerações, recomendações e/ou retificações após a complementação dos dados,

B) Determinem a realização de novas audiências públicas, diante da **nulidade daquelas ocorridas nos dias 28 e 29 de abril de 2015, em Piracicaba e Iracemápolis, com a determinação de novas datas oportunamente**, para cumprimento integral dos ditames legais e constitucionais;

C) **Abstenham-se de emitir a Licença Prévia com relação ao “ATERRO PALMEIRAS” e outras licenças do todo ou de partes do empreendimento, até que todas as deficiências, omissões e irregularidades no Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e no procedimento de licenciamento sejam sanadas;**

D) Determinem a **complementação do atual EIA/RIMA do ATERRO SANITÁRIO PALMEIRAS** a fim de:

**d.1) considerar os impactos cumulativos e sinérgicos de todas as unidades que compõem a CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS CTR-PALMEIRAS (Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, Recepção e Pré-Tratamento dos Resíduos, Recebimento e Trituração de Resíduos Verdes e Aterro Sanitário), de forma integrada;**

**d.2) Considerar os impactos cumulativos e sinérgicos**

decorrentes da pretensão/plano da Administração Municipal de gerenciar resíduos gerados por até 30 outros municípios, conforme anunciado e medidas adotadas para colocar em prática tal plano governamental, para todas as unidades que compõem a **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS CTR-PALMEIRAS**;

**d.3) atender** integralmente o Termo de Referência – TR em todos os seus requisitos;

**d.4) sanar todos os pontos levantados na presente RECOMENDAÇÃO, bem como nos Pareceres Técnicos elaborados pelo Assistente Técnico de Promotoria, Michel Metran da Silva, sobre o empreendimento em questão, que esta acompanham (em via impressa e digital), que fazem parte integrante da presente recomendação;**

**d.5) sanar todos os demais aspectos e irregularidades** contidos na presente recomendação;

**d.6) sanar todas e quaisquer outras irregularidades** que este órgão ambiental possa identificar a partir das informações ora trazidas, ou que de qualquer forma se tenha conhecimento posterior;

**E) Diante da ilegalidade na fragmentação do licenciamento da UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO BIOLÓGICO E DE COMPOSTAGEM DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – CTR**

**PALMEIRAS**, que está sendo conduzida pela Agência Ambiental de Piracicaba (CJP, CETESB), descumprindo procedimentos legais e administrativos expressamente previstos, **que sejam anuladas as licenças expedidas (LP, LI e LP), retornando o licenciamento à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (Departamento de Avaliação de Empreendimentos), para o fim de reincorporando a avaliação dos impactos ambientais quando da complementação do ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL pela empresa PIRACICABA AMBIENTAL S/A, para a análise integrada dos impactos da CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS PALMEIRAS como um todo, formado por unidades que deverão necessariamente funcionar de forma integrada, como originalmente determinado pela CETESB.**

**REQUISITA-SE**, finalmente, que, para o cumprimento da presente recomendação, sejam analisadas de **maneira tecnicamente fundamentada cada uma das ponderações de possíveis deficiências e/ou insuficiências relativas aos estudos e às propostas de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos negativos**, sejam eles ambientais, sociais e/ou econômicos;

**Após o que seu conteúdo deverá ser novamente debatidos esses detalhes técnicos com a comunidade, em audiências públicas complementares.**

Consigna-se que deverá ser dada expressa CIÊNCIA do presente ofício a todos os técnicos do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE, emitindo-se CERTIDÃO, visto que a PRESENTE RECOMENDAÇÃO É DIRIGIDA A TODOS QUE TERÃO PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO DO EMPREENDIMENTO;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os que se mantiverem inertes.

Requer-se sejam juntados aos autos, nos termos do artigo 20 da Deliberação CONSEMA Normativa 02/11, o presente ofício, com os documentos que o instruem, constantes do IC nº 14.1096.0000001/2015-2.

***REQUISITA-SE***, finalmente, que, no PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, seja informado ao Ministério Público se a presente recomendação será ou não acatada, e em sendo, quais as providências serão adotadas para seu cumprimento.

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinto apreço, colocando-me à disposição para eventuais debates e/ou esclarecimentos sobre os assuntos aqui relatados.

Piracicaba, 06 de maio de 2015

**ALEXANDRA FACCIOLLI MARTINS**

Promotora de Justiça

GAEMA PCJ-Piracicaba

Ao Ilustríssimo Senhor

**DR. OTÁVIO OKANO**

Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

À Ilustríssima Senhora

**DRA. ANA CRISTINA PASINI DA COSTA**

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB